

## SUMÁRIO

---

---

PREFÁCIO — <i>José Roberto Freire Pimenta</i> .....	13
INTRODUÇÃO .....	17
<b>1. A IMPORTÂNCIA DA TUTELA METAINDIVIDUAL E O PAPEL DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES</b>	
1.1. Surgimento do Estado Democrático de Direito .....	21
1.2. Breve noção de direitos fundamentais .....	25
1.3. Os direitos fundamentais sociais trabalhistas .....	28
1.4. Abrangência e extensão dos direitos fundamentais .....	33
1.5. A necessidade da efetividade da tutela jurisdicional para a garantia dos direitos fundamentais .....	39
1.6. O papel da tutela metaindividual na efetividade dos direitos fundamentais diante da alteração estrutural da sociedade e a evidenciação dos interesses transindividuais .....	46
1.7. A tutela metaindividual e os direitos sociais fundamentais trabalhistas no Brasil ...	55
1.8. A ação civil pública trabalhista .....	61
<b>2. Os INTERESSES E DIREITOS METAINDIVIDUAIS</b>	
2.1. Interesses individuais e interesses coletivos .....	65
2.2. Interesses ou direitos? .....	67
2.3. A classificação dos direitos metaindividuais: direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	69
2.3.1. Direitos ou interesses difusos .....	70
2.3.2. Direitos ou interesses coletivos .....	72
2.3.3. Direitos ou interesses individuais homogêneos .....	74
2.4. Os direitos metaindividuais no direito do trabalho .....	76
2.4.1. Direitos ou interesses difusos trabalhistas .....	76
2.4.2. Direitos ou interesses coletivos trabalhistas .....	77
2.4.3. Direitos ou interesses individuais homogêneos trabalhistas .....	78
2.5. Quadro comparativo dos interesses ou direitos metaindividuais .....	80

### **3. COMPETÊNCIA PARA APRECIÇÃO E JULGAMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

3.1. Competência material .....	81
3.2. Competência funcional .....	83
3.3. Competência territorial .....	83
3.3.1. Posição do TST .....	86

### **4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

4.1. Legitimidade .....	91
4.1.1. Legitimidade do Ministério Público .....	95
4.1.2. Legitimidade das associações e dos sindicatos .....	100
4.1.3. Legitimidade dos demais colegitimados .....	103
4.2. Interesse processual .....	104
4.3. Possibilidade jurídica do pedido .....	106
4.4. A prevalência e a superioridade nas ações coletivas de tutela a direitos individuais homogêneos .....	109

### **5. ATUAÇÃO PROCESSUAL DO ENTE LEGITIMADO E DO INDIVÍDUO NO PROCESSO COLETIVO**

5.1. Atuação do ente legitimado .....	115
5.1.1. Desistência e abandono da ação pelos colegitimados .....	115
5.1.2. Transação/conciliação .....	116
5.2. Litisconsórcio e assistência .....	118
5.2.1. Litisconsórcio entre os colegitimados .....	119
5.2.2. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos .....	120
5.2.3. Intervenção individual dos indivíduos lesados .....	123
5.2.3.1. Aceitação da intervenção individual .....	124
5.2.3.2. Natureza da intervenção individual .....	126
5.2.3.3. Atuação do interveniente individual e seus limites .....	128

### **6. LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA NO PROCESSO COLETIVO**

6.1. Litispendência .....	132
6.1.1. Litispendência entre ações coletivas .....	132
6.1.2. Litispendência entre ação coletiva e ação individual .....	134
6.2. Coisa julgada .....	141
6.2.1. A coisa julgada coletiva segundo a natureza do direito tutelado .....	142

6.2.2. Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva .....	144
6.2.3. Extensão da coisa julgada coletiva .....	146
6.2.3.1. Alteração do art. 16 da LACP pela Lei n. 9.494/97 .....	147
6.2.3.2. O art. 2º-A acrescentado à Lei n. 9.494/97 pela Medida Provisória n. 2.180-35/01 .....	151
<b>7. PROVIMENTOS JURISDICIONAIS E SUA EFETIVAÇÃO NO PROCESSO COLETIVO</b>	
7.1. Tutela jurisdicional diferenciada .....	153
7.1.1. Tutela específica .....	155
7.1.1.1. Mecanismos processuais de efetivação da tutela específica ..	159
7.1.1.1.1. Meios coercitivos .....	159
7.1.1.1.2. Meios sub-rogatórios .....	161
7.1.2. Antecipação de tutela .....	163
7.2. Tutela ressarcitória em pecúnia .....	168
<b>8. PARTICULARIDADES DA LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA COLETIVA</b>	
8.1. Liquidação e execução de sentença coletiva para tutela de direitos difusos e coletivos .....	172
8.2. Liquidação e execução de sentença coletiva para tutela de direitos individuais homogêneos .....	173
<b>CONCLUSÃO</b> .....	179
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	187